

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 24 DE JULHO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Justificadas as ausência dos senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, por se encontrarem de férias.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta e cinco minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O **Executivo Camarário** evocou e saudou a comemoração dos 135 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego.

Esta efeméride ficou marcada pela apresentação de 3 novas viaturas, que em muito irão contribuir para o cumprimento da missão humanitária dos nossos bombeiros. Nesta oportunidade, o Executivo Camarário não pode deixar de destacar a oferta

Presidente

Secretária

de duas novas ambulâncias, uma de transporte de doentes pelo Sr. Henrique Gonçalves Cruz e outra de socorro pelo Dr. Paul Symington, em representação da firma Symington - Vinhos, SA, expressando a estas duas individualidades um voto de gratidão e reconhecimento público, por estes nobres gestos beneméritos de solidariedade.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** informou que representou o Município de Lamego no 38º aniversário dos Cracks Clube de Lamego, constituindo um momento de homenagem a todos os que trabalharam no desenvolvimento do desporto juvenil no concelho de Lamego.

Por fim, convidou todos os presentes para, no próximo dia 25 de julho, participarem na apresentação pública da 3ª Marcha e Corrida da Mulher Duriense, onde estará presente a madrinha da prova - a atleta olímpica Vanessa Fernandes.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora Vereadora da Juventude e Desporto deu conhecimento ao executivo do teor da carta enviada pelo Grupo II, do 2º ano do Curso de Secretariado de Administração, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, agradecendo o patrocínio concedido na realização do evento “Lamego – do passado ao presente”, realizado no passado dia 9 de junho no auditório do Museu de Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura aprovados de obras particulares, no mês de junho de 2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

OBRAS PARTICULARES (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da atividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, durante o mês de junho de 2012.

Presidente

Secretária

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD. 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 21 de junho de 2012, cuja dotação orçamental é de 1.143.258,13 € e dotação não orçamental é de 82.918,00 €.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de rubricas de despesa, deu conhecimento ao executivo da 8ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 370.775,00€, reforçando-se as despesas com a aquisição de material escolar e transportes escolares, com as obras para instalações de serviços (Padaria do Cantinho e Centro Design/Museu da Prata) e de cooperação técnica com as juntas de freguesia. Procede também à 8ª alteração do Plano de Atividades reforçado em 33.825,00€ e anulado em 16.725,00€ e à 8.ª Alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 181.700,00€ e reforçado em igual montante.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10 DE JULHO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 10 de julho de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: LUÍS FERREIRA DA COSTA

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 367/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da

Presidente

Secretária

informação n.º 452/DMSU, de 6 de julho de 2012, dando conta da reclamação elaborada pelo senhor Luís Ferreira da Costa, cliente n.º 2947, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial do edifício sito no Lugar do Barreiro, Lote 4, freguesia de Sande, devido a pressão elevada de água da rede pública, solicitando, por isso, a retificação dos valores faturados nos meses de março e abril de 2012.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a anulação das faturas supra mencionadas e a emissão de novas faturas com valores apurados segundo a média do consumo de leituras subsequentes à anomalia verificada neste sistema predial.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE FACTURA (COD 01)

REQUERENTE: PEDRO SILVA FREITAS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 378/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 469/DMSU, de 13 de julho de 2012, seja autorizado a retificação da fatura de janeiro/2012, correspondente ao gasto de 22m³, fevereiro/2012, correspondente ao gasto de 26m³ e março/2012, correspondente ao gasto de 32m³, referente à instalação n.º 16240, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valores corrigidos a serem de 24,96 €, 27,94 € e 32,40 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

04-ASSUNTO: PROPOSTA DE ENTREGA DE MEDALHAS DO EIXO ATLÂNTICO (COD 08)

Presente à reunião o ofício emanado do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular informando que a Comissão Executiva, realizada no passado dia 19 de junho, em Barcelos, acordou propor o outorgamento das medalhas do Eixo Atlântico, da atual presidência, a Dr. Carlos Lage, ex-presidente da CCDRN, a Dr. Arlindo Cunha, antigo ministro do governo português e antigo presidente da CCDRN, D. Gerardo Fernández Albor e D. Fernando González Laxe, antigos presidentes da Xunta de Galicia.

Presidente

Secretária

Trata-se de quatro pessoas que se distinguiram pelo seu trabalho em prol da Eurorregião, em alguns casos de forma continuada não só durante os seus períodos como mandatários, como também no desempenho posterior da sua atividade profissional.

Face ao exposto procedem, através do presente a ativar o mecanismo de consulta escrita.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, não se opor à proposta de entrega das medalhas do Eixo Atlântico.

05-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: JOSÉ DE ALMEIDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 368/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhado do auto de notícia, datado de 25 de maio de 2012, remetido pela Polícia de Segurança Pública, relatando que no dia 18 de maio de 2012, num terreno sito na Aldeia de S. João, frente ao lote 10, existir uma propriedade à volta de um terreno com vivenda, lado Norte e Este, com uma vasta faixa de combustível (mato, arvoredos e silvados), sem qualquer gestão de combustíveis existentes numa extensão de pelo menos 50 metros da referida habitação, pertencente ao senhor José de Almeida.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no n.º 2 do artigo 15º, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º do mesmo diploma legal, eventualmente praticado por José de Almeida, residente no Bairro de Nazes, lote A, 3º Esquerdo, na cidade de Lamego.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra José de Almeida.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

06-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: LACTICÍNIOS DO PAIVA, S.A.

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 369/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que, tendo em conta o teor do fax que deu entrada no Município de Lamego, no dia 31 de maio de 2012, emanado das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD): “*Descarga de efluente industrial – Lacticínios do Paiva*”, constata-se pelo conteúdo do mesmo a ocorrência de descarga de águas residuais industriais da Fábrica Lacticínios do Paiva, com valores de CQO (Carência Química de Oxigénio) elevados e valores de fósforo, cloro e ferro muito elevados, conforme resultados obtidos de recolha efetuada na caixa que recolhe o efluente dessa indústria.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal, a instauração do processo de contraordenação à Lacticínios do Paiva, S.A.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

07-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: JOAQUIM OSVALDO LEOPOLDO COELHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 389/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 451/DAQV, datado de 3 de outubro de 2011, informando que deu entrada um requerimento apresentado pelo senhor Victor Manuel Pessoa Branco de Oliveira que na qualidade de morador da Rua de Almacave, veio alertar para a necessidade de contatarem os proprietários dos quintais sitos nas costa da Rua de Almacave (Castelo), no sentido de providenciarem a sua limpeza, a fim de precaver riscos de incêndio que podem causar graves danos nas habitações circundantes.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no n.º 2 do artigo 15º, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º do mesmo diploma legal, eventualmente praticado por Joaquim Osvaldo Leopoldo Coelho, com residência conhecida na Av. da República, n.º 2307, R/C - Direito – Vila Nova de Gaia.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Joaquim Osvaldo Leopoldo Coelho.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDO: ADOLFO SANTOS**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 390/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 451/DAQV, datado de 3 de outubro de 2011, informando que deu entrada um requerimento apresentado pelo senhor Victor Manuel Pessoa Branco de Oliveira que, na qualidade de morador da Rua de Almacave, veio alertar para a necessidade de contatarem os proprietários dos quintais sitos nas costa da Rua de Almacave (Castelo), no sentido de providenciarem a sua limpeza, a fim de precaver riscos de incêndio que podem causar graves danos nas habitações circundantes.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no n.º 2 do artigo 15º, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º do mesmo diploma legal, eventualmente praticado por Adolfo Santos, com residência conhecida na Rua de Almacave, n.º 42, na cidade de Lamego.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Adolfo Santos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDA: MARIA RODRIGUES ALVES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 391/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 451/DAQV, datado de 3 de outubro de 2011, informando que deu entrada um requerimento apresentado pelo senhor Victor Manuel Pessoa Branco de Oliveira que, na qualidade de morador da Rua de Almacave, veio alertar para a necessidade de contatarem os proprietários dos quintais sitos nas costa da Rua de Almacave (Castelo), no sentido de providenciarem a sua limpeza, a fim de precaver riscos de incêndio que podem causar graves danos nas habitações circundantes.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no n.º 2 do artigo 15º, ambos do Decreto-Lei n.º

Presidente

Secretária

124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º do mesmo diploma legal, eventualmente praticado por Maria Rodrigues Alves, com residência conhecida na Rua Júlio Dinis, n.º 143-A, Apartado 42, Porto.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Maria Rodrigues Alves.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

10-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: CARLOS PAULO SILVA MIRANDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 392/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhado do auto de notícia, datado de 23 de maio de 2012, remetido pela GNR - Lamego, relatando que no dia 14 de maio de 2012, num terreno sito no Lugar da Casa Queimada, Alvodela - Moimentinha, na freguesia de Cepões, existir uma grande quantidade de matos composto por giestas, silvas e outros arbustos, pondo em perigo, em caso de incêndio a habitação, pertencente ao senhor Carlos Paulo Silva Miranda.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no n.º 2 do artigo 15º, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º do mesmo diploma legal, eventualmente praticado por, Carlos Paulo Silva Miranda residente em Vale Cilhão, lote 8, 2125-190 – Marinhais – Salvaterra de Magos.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Carlos Paulo Silva Miranda.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

11-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SANTA BARBARA - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 370/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do

Presidente

Secretária

artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício, no período de 9 a 15 de agosto, das 08.00h às 00.00h, para as Festas em Honra de Santa Barbara, a realizar no Adro da Igreja, em Britiande.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

12-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 371/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício, no período de 10 a 13 de agosto, das 08.00h às 01.00h, para as Festas em Honra de Nossa Senhora de Fátima, a realizar junto à Estrada Nacional – Variante, na freguesia de Valdigem.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 372/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício, no período de 14 a 15 de agosto, das 23.30h às 23.45h, para as Festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário, a realizar no Largo da Capela, na freguesia de Penude.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

14-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO (COD 26)**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS DE S. TIAGO - SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 374/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja ratificado o seu despacho, datado de 18 de julho de 2012, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-estoura, nos dias 21 e 22 de julho de 2012, das 08.00 horas às 01.00 horas, no Cimo de Sande – Sande, para a realização dos Festejos de S. Tiago, na freguesia de Sande, Município de Lamego.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

15-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA AFLIÇÃO - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 375/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício, nos dias 27, 28, 29 e 30 de julho, das 08.30h às 01.00h, para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Aflição, a realizar junto ao Cemitério, na freguesia de Cambres.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO - LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 376/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício, no dia 4 de agosto, das 23.00h às 00.00h, para as

Presidente

Secretária

Festas em Honra de Nossa Senhora da Encarnação, a realizar no recinto das festas de Mazes, na freguesia de Lazarim.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

17-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS MENINOS - BAIRRO DA PONTE - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 377/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício, no dia 15 de setembro, das 20.00h às 00.00h, para as Festas em Honra de Nossa Senhora dos Meninos, a realizar no Lugar da Tamboreira – Bairro da Ponte, na freguesia da Sé.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO & CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO MUNICIPAL (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 375/27/12 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL), prevê no artigo 46º, a obrigatoriedade dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de empresas municipais, elaborarem as contas consolidadas, referindo ainda que, os procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 47º da LFL, pela Câmara Municipal e submetidas a apreciação da Assembleia Municipal juntamente com a Certificação Legal das Contas, sendo posteriormente publicitadas em harmonia com o previsto no artigo 49.º da LFL.

Em 15 de junho de 2010 foi publicada a Portaria n.º 474, através do qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios

Presidente

Secretária

orientadores e requisitos mínimos que devem estar presentes no processo de consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo, o qual inclui os municípios.

Em 28 de abril de 2011, foi emitido pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL), um conjunto de instruções sobre a consolidação de contas municipal, que permitem, de forma coerente, harmoniosa e comparável, a aplicação deste regime.

Atendendo às instruções do SATAPOCAL, as demonstrações financeiras consolidadas deverão ser elaboradas, aprovadas e apreciadas pelos órgãos municipais, executivo e deliberativo.

Face aos considerandos enunciados, propõe que a Câmara Municipal delibere aprovar, submetendo de seguida à apreciação e deliberação do órgão deliberativo:

O Relatório & Contas Consolidado de 2011, com:

- a) Demonstrações Financeiras Consolidadas respeitante ao ano de 2011;
- b) Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado;
- c) Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

19-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA PLANTAÇÃO DE EUCALIPTOS (COD 36)

REQUERENTE: JOSÉ RIBEIRO PIRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 379/36/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor José Ribeiro Pires solicitou através da carta datada de 8 de junho do corrente ano, autorização para plantar eucaliptos num terreno situado no Lugar do Vale-Magueija Grande, na freguesia de Magueija, com uma área de 8.270m². No seguimento deste pedido solicitou-se a colaboração da Associação Florestal RIBAFLO, que visitou o terreno e verificou que cumpria os Decretos-Lei n.º 28039/ 14-09-1937; 175/88, de 17 de maio e o 124/2006, de 28 de junho. Tendo-se verificado no terreno todos os parâmetros exigidos e salvaguardando as distâncias definidas por leis especiais para a arborização de eucalipto, deve o requerente cumprir todas as normas estipuladas por lei.

Face ao exposto, propõe ao executivo Municipal a análise e deliberação sobre o assunto em apreço.

Presidente

Secretária

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente, dado que o mesmo preenche os requisitos exigidos por lei.

20-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – ALVARÁ N.º 8/83 (COD 39)

REQUERENTE: JOSÉ JESUS PEDRO E OUTRO

LOCAL: QUINTA DA CASA QUEIMADA - CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 380/39/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao auto de vistoria n.º 14, de 21 de junho de 2012, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe, para receção provisória das obras de urbanização de loteamento com o alvará n.º 8/83, reduzindo-se a caução para 10.912,16 €.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

21-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: ROGÉRIO DA SILVA FONSECA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO OUTEIRO - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 381/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, o requerente solicitou o pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de obras no valor de 524,36€, em dez mensalidades iguais no valor de 52,44€, alegando dificuldades económicas, no entanto, nos termos do n.º 6 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, o valor da mensalidade não pode ser inferior à UC, pelo que, propõe que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do referido artigo, aprecie e delibere sobre o pedido do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a pretensão do requerente, deferindo o pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de obras no valor de 524,36€, em dez mensalidades iguais, no valor de 52,44€.

22-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO E GARAGEM (COD 42)

REQUERENTE: DELFIM MONTEIRO RONCHA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO ATALHO - AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 382/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, de acordo com a informação n.º 2084 de 25/06/2012 e com o parecer do chefe da DUDE de 03/07/2012, o presente

Presidente

Secretária

processo trata-se da legalização de uma construção efetuada ao abrigo do alvará de licença n.º 202/79, que, no entanto, não respeitou o projeto aprovado. O afastamento da construção ao eixo do caminho público é de 3,50m, inferior aos 4,50m impostos no artigo 58º da Lei n.º 2110 de 19/08/61, mas a construção foi efetuada à mais de 30 anos e a Câmara Municipal nunca atuou. Por outro lado o afastamento existente é suficiente para que seja possível no futuro proceder ao alargamento do caminho público.

Pelo exposto, e atendendo a que se pretende legalizar uma construção efetuada à mais de 30 anos, propõe à Câmara Municipal que delibere a aprovação do projeto de arquitetura, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

23-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: JOÃO PINTO

LOCAL DA OBRA: QUINTA DO MARÔ - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 383/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que tendo em conta o teor da informação n.º 261/DAC/2012, de 22/05/2012, a habitação unifamiliar e o anexo em causa, violam o Regulamento do PDM, mais concretamente os artigos 31º, 11º, n.º1, 10º, n.º 2 e 11º, n.º 2.

Assim, de acordo com a referida informação, propõe à Câmara Municipal que delibere a demolição parcial do anexo, reduzindo a área de 75m² para 45m², e baixando o respetivo pé direito para 2,20m, dando assim cumprimento aos n.ºs 1 e 2 do art.11º do RPDM e também ao disposto no n.º 2 do artigo 10º do referido Regulamento.

No que respeita à violação do art. 31º do RPDM, dado que se trata de uma habitação unifamiliar, na qual o requerente reside, não tendo o mesmo outra onde pudesse passar a residir, e dado o motivo ser um interesse público suficientemente forte que aponte para a não demolição de obras ilegais, designadamente a garantia, pelo menos a título precário e provisório, do direito à habitação, propõe que a Câmara delibere a não demolição da habitação.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretária

24-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO DE EDIFÍCIOS PARA HOTEL RURAL (COD 42)**REQUERENTE:** PACHECA HOTEL, EVENTS & GOURMET, LDA.**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DA PACHECA - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 384/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que a requerente solicitou a concessão de incentivos ao abrigo do regulamento de Incentivos à Fixação, Reconversão e Modernização Económica de Lamego. Assim, e de acordo com a informação n.º 325/DAC/2012 de 10/07/2012, o pedido enquadra-se na alínea a) do art.º 2 do referido Regulamento, pelo que, nos termos do Artigo 4º do Regulamento Municipal de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, propõe que a Câmara Municipal classifique de interesse municipal a operação urbanística em causa, beneficiando a requerente do incentivo previsto na alínea b) do n.º 1 do respetivo art.º 5, que se traduz numa redução de 50% do valor das taxas a pagar (24.691,04€ para 12.345,52€).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

25-ASSUNTO: VENDA AMBULANTE, FORA DO LOCAL AUTORIZADO PARA O EFEITO - APREENSÃO DOS BENS (COD 51)**INFRATOR:** PEDRO MACHADO DA SILVA**LOCAL:** ESPAÇO LATERAL À ENTRADA DE ACESSO AO NOVO HOSPITAL – ROTUNDA DA A24

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 386/51/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal que, com base na informação n.º 316/DAC/2012, de 04.07.2012, e nos termos da aplicação conjugada da alínea a) do n.º 4 do artigo 22.º com os artigos 23.º a 26.º do Regulamento da Venda Ambulante no Município de Lamego, delibere que se proceda à apreensão dos bens com os quais o infrator praticou – e, eventualmente, ainda se encontra a praticar – a infração, ou seja, se encontra a exercer a atividade de venda ambulante fora do local autorizado para o efeito.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, suspender os efeitos do despacho de desocupação do local fixo, não autorizado, para venda ambulante, dado o impacto que o desenvolvimento deste processo provocou na saúde do

Presidente

Secretária

infrator, designadamente nas suas faculdades psicogéneas, o que levou ao seu internamento hospitalar, até que a situação normalize.

26-ASSUNTO: PROLONGAMENTO DO PROJETO MEDIADORES MUNICIPAIS (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 387/52-A/2012 do senhor Presidente da Câmara Municipal dando conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 1124, de 26 de junho de 2012, emanado do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., relativo ao Projeto Mediadores Municipais, referindo que estava inicialmente previsto que a duração deste projeto fosse de três anos. No entanto, após avaliação do trabalho desenvolvido, foi identificada a necessidade de consolidar a intervenção dos mediadores e criar condições para o seu enquadramento, tentando garantir que o investimento dos últimos anos não tenha sido em vão.

Assim, informam que foi decidido o prolongamento deste projeto por mais um ano, de 1 de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2013, mantendo a comparticipação financeira de 50%, para que os municípios, neste período, encontrem soluções adequadas à continuidade da atividade do mediador.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre o pedido formulado pela requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, renovar o protocolo por mais um ano, de 1 de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2013.

27-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE SANDE (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 388/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação nº 116/DMSU, de 4 de janeiro de 2011, propondo que a Câmara Municipal delibere pela colocação da seguinte sinalização vertical na freguesia de Sande:

- 2 Sinais de Trânsito proibido (C2), acompanhados com um painel adicional (exceto motociclos) – na Rua da Costa de Sto. André:
- Um Stop (B2), no entroncamento de Cimo de Sande com a EN2;
- Um Cedência de passagem (B1), no cruzamento da Torre;

Presidente

Secretária

- Um Espelho, entroncamento do N. Sr. Do Encontro;
- Um Stop (B2), entroncamento da Rua de N. Sr. Do Encontro com a EN2;
- Um Stop (B2), entroncamento do Bairro do Barreiro com a EN2

Os sinais de trânsito anteriormente referido estão regulamentados pelo (Dec. Regulamentar nº 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

28-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM AS FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – PENUDE (**COD 62**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 393/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação nº 467/DMSU, de 12.07.2012, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere Artigo 8º do Dec. Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, que autorize a realização das festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário, na freguesia de Penude, desde o dia 11 ao dia 15 de agosto de 2012.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

29-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM AS FESTAS DE NOSSO SENHOR DA AFLIÇÃO – CAMBRES (**COD 62**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSO SENHOR DA AFLIÇÃO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 395/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da

Presidente

Secretária

informação nº 489/DMSU, de 19.07.2012, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere Artigo 8º do Dec. Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, que autorize a realização das festas em Honra de Nosso Senhor da Aflição, na freguesia de Cambres, desde o dia 27 ao dia 29 de julho de 2012, no dia 27/7 das 20.00h às 22.00h, dia 28/7 das 19.30h às 20.30h e dia 29/7 das 17.00h às 19.30h, organizado pela comissão de festas.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

30-ASSUNTO: VISTORIA - CASA EM RUÍNA (COD 42)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ

LOCAL: RUA DA PONTE N.º 60 E 62 - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 385/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 91º do RJUE, que delibere a posse administrativa do imóvel, a que se reporta o auto de vistoria n.º 67, de 11 de dezembro de 2009, sito no local supra identificado, com vista à execução coerciva das obras de demolição dos pisos superiores ao r/c, nos termos do artigo 107º e 108º, do mesmo diploma legal, aplicáveis por remissão do n.º 2 do citado artigo 91º.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

31-ASSUNTO: OBRAS DE ALTERAÇÃO DE UMA FRAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: BARCLAYS BANK PLC

LOCAL: RUA DR. JUSTINO PINTO DE OLIVEIRA, N.º 1 E 3 – R/C – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 394/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que nesta ata se considera integralmente transcrita e dela fica a fazer parte integrante, que vem acompanhada da informação nº 141/DAC, de 21.03.2012, dando conhecimento que o requerente BARCLAYS BANK PLC, através de exposição/requerimento apresentado a 29.02.2012, alegou que “(...) Quanto à **falta de legitimidade**, (...)”, e atento o “(...) **contrato de sublocação** celebrado entre a requerente e Lojas Mariana – Comércio de Vestuário, Lda., (...)”, mais concretamente as respetivas “(...) **cláusula quarta** (...)” e “(...) **cláusula sexta** (...)”, “Tem, pois, a Requerente a necessária legitimidade para o pedido em apreço.”, “Quanto à **natureza do alvará de licença de utilização n.º 26, de 21/04/1993** (...) pelo exame desse alvará, (...) o mesmo contempla a

Presidente

Secretária

concessão de uma licença de utilização ao BANCO PORTUGUÊS DO ATLANTICO, que aí instalou uma agência bancária, como toda a gente sabe e nunca ninguém questionou o exercício de tal actividade nesse espaço.”, acrescentando que “(...) também se afigura não exacta a afirmação de que uma agência bancária exerce uma **actividade comercial e não de serviços**.”, pois “(...) de acordo com o CAE (...) o “Comércio” constitui a Secção G e as actividades financeiras, a Secção J, pelo que se trata de **actividades diferentes**, estando as “instituições bancárias” designadas no n.º 6512 do mesmo CAE.”, significando tal “(...) “que as instituições bancárias exercem a actividade de serviços”.”, pelo que “(...) a actividade (de serviços) da Requerente conforma-se com o referido alvará de licença de utilização n.º 26, de 21/04/1993.”, “(...) quanto à afirmação de que às **obras efectuadas** – divisão da fracção em duas fracções e a fachada do edifício – **não lhes é aplicável o disposto na al. b) do n.º 1, do art.º 6º do RJUE**, (...) não tem qualquer substancialidade legal.”, pois “(...) a **divisão da fracção em causa**, não implica qualquer modificação na estrutura do edifício, nem tem nada a ver com as cérceas, a forma das fachadas, dos telhados ou coberturas.”, além de que, da “(...) instalação de um ATM, com painel de acesso, também não resulta modificação da **forma da fachada** (que se mantém inalterada) o que também acontece com a porta em vidro laminado, e a colocação de publicidade que apenas releva para efeitos de “salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental (...)”, pelo que “(...) tais obras estão isentas de controlo prévio (...)” e “(...) a pronuncia sobre o pedido de licença de utilização para “**agência bancária**” (**serviços**), apenas deve ter em consideração o que dispõe o n.º 2, do art.º 62º, do RJUE.”.

Sobre a referida exposição/requerimento, recaiu a informação n.º 141/DAC/2012, de 21.03.2012, elaborada pelo Gabinete Jurídico e Contencioso, nos termos da qual é referido que “Acontece que, a fracção autónoma designada pela letra “A”, inscrita na matriz sob o artigo 1391 e descrita na CRP de Lamego sob o n.º 414/19910611 - A, foi objeto de dois requerimentos para a realização de obras na mesma, apresentados em datas, e por requerentes diferentes: o primeiro apresentado a 25.01.2007, pela sociedade “Lojas Mariana - Comércio de Vestuário, Lda”, tendo dado origem à abertura do processo administrativo n.º 88/07 (vd. fls. 64 a 67); o segundo apresentado a 23.12.2009, pela sociedade “Barclays Bank PLC”, tendo dado origem à abertura do processo administrativo n.º 942/09 (vd. fls. 36 a 38).

Presidente

Secretária

Tal divisão implicaria a apresentação, por parte da sociedade “Barclays Bank PLC”, para fazer prova da sua legitimidade, dos dois documentos referidos no último parágrafo da informação n.º 439/DAC/2010, de 10.11.2010, e uma vez que a mesma, tendo sido notificada para o efeito, não os apresentou, o Sr. Vereador do Urbanismo, através de despacho exarado a 15.03.2011 – de fls. 174 – determinou, “(...) nos termos do disposto no n.º 3 do art. 11.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, a rejeição liminar do seu pedido.”, tendo-lhe tal ato administrativo sido notificado, através do ofício n.º 1029/11, de 24.03.2011 – de fls. 175.

Assim sendo, as obras realizadas pela sociedade “Barclays Bank PLC”, na parte da fração autónoma em causa, são obras clandestinas – pois foram realizadas sem a necessária licença administrativa – pelo que a utilização dessa parte da fração autónoma, após a realização de tais obras, passou a ser feita sem a necessária autorização de utilização.”.

Face ao exposto, e existindo posições divergentes entre a requerente Barclays Bank PLC e o Gabinete Jurídico e Contencioso do Município, relativamente às obras que foram realizadas, bem como à utilização que tem vindo a ser feita, da fração autónoma designada pela letra “A”, r/c esquerdo, com entrada pelos n.ºs 1 e 3, do prédio urbano em regime de propriedade horizontal, sito na Rua Dr. Justino Pinto de Oliveira, freguesia da Sé, propõe que a Câmara Municipal delibere relativamente a qual das posições a adotar.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

32-ASSUNTO: CONVITE À APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS DE CENTROS DE INFORMAÇÃO EUROPEIA (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 396/20/2012 da senhora Vereadora da Juventude e Desporto a qual refere que, a Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de candidaturas para constituição e operação de Centros de Informação Europeia.

O Centro de Informação Europe Direct de Lamego (CIED) tem sido uma marca indelével na estratégia de comunicação e informação dos assuntos europeus, contribuindo para a realização e divulgação de iniciativas públicas locais, nacionais e internacionais dirigidas a todos os setores da sociedade (crianças, jovens e seniores), além de fomentar a aproximação de gerações, através de um contacto

Presidente

Secretária

de proximidade que lhes permite ainda o acesso a serviços, informação e documentação especializada que têm permitido uma melhoria da sua formação e desenvolvimento da cidadania europeia que urge sustentar.

A visibilidade do Município de Lamego à escala regional, nacional e europeia (Lamego está inscrito em todos os mapas e outros meios de comunicação e informação das redes europeias, estando disponíveis nos 27 Estados Membros) que o CIEDL proporciona, bem como a disponibilidade para financiar algumas atividades e projetos de interesse comum (exemplos: as duas últimas edições da Montra de Oportunidades e a comemoração do Dia Mundial dos Avós), realçam a pertinência em manter em funcionamento esta estrutura de informação europeia.

Por outro lado, através de várias parcerias (escolas básicas e secundárias, ensino superior, escolas profissionais, etc.), tem implementado novas metodologias e estratégias com áreas de interesse comum, através de um canal privilegiado de comunicação com os jovens e menos jovens, o que tem levado à concretização de ações que envolvem toda a população do concelho e em muito tem contribuído para a dinamização local, sem custos reais para o município, porquanto é a Comissão Europeia que suporta quase na totalidade os seus gastos de funcionamento.

Assim sendo, dá conhecimento à Câmara Municipal do balanço feito pelo CIED de Lamego, e face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre o convite formulado.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a renovação da candidatura do Centro de Informação Europe Direct de Lamego.

33-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BAR “TREBARUNA” (COD 51)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 397/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho, gerente do bar “Trebaruna”, propondo que seja autorizado o prolongamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, para os dias 4, 5, 11, 12, 18, 19, 25 e 26 de agosto de 2012 e 1 e 2 de setembro de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em

Presidente

Secretária

vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

34-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE CAMBRES (**COD 52-A**)

Presente a proposta de deliberação n.º 398/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de delegação de competências de cooperação técnica e financeira a celebrar entre o Município de Lamego e a Junta de Freguesia de Cambres, para a realização da obra de melhoramentos das casas de banho públicas, no valor total de 30.000,00 € (trinta mil euros).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

O Executivo Municipal proferiu a seguinte declaração: *“As competências para as Juntas de Freguesia destinam-se à satisfação de necessidades coletivas, em muitos dos casos, imprescindíveis e fundamentais às condições de vida dos cidadãos, pelo que as despesas não podem deixar de ser assumidas e autorizadas, apesar do estabelecido na Lei dos Compromissos. Trata-se do cumprimento de requisitos legais que o Município não deve deixar de cumprir sob pena de deixar de cumprir a sua atividade”.*

35-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIRA (**COD 52-A**)

Presente a proposta de deliberação n.º 399/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de delegação de competências de cooperação técnica e financeira a celebrar entre o Município de Lamego e a Junta de Freguesia de Figueira, para a realização da obra de calcetamento da Rua

Presidente

Secretária

da Quelha e construção de muro de suporte, no valor total de 33.000,00 € (trinta e três mil euros).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

O Executivo Municipal proferiu a seguinte declaração: *“As competências para as Juntas de Freguesia destinam-se à satisfação de necessidades coletivas, em muitos dos casos, imprescindíveis e fundamentais às condições de vida dos cidadãos, pelo que as despesas não podem deixar de ser assumidas e autorizadas, apesar do estabelecido na Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Trata-se do cumprimento de requisitos legais que o Município não deve deixar de cumprir sob pena de deixar de cumprir a sua atividade”.*

36-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VÁRZEA DE ABRUNHAIS (COD 52-A)

Presente a proposta de deliberação n.º 400/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de delegação de competências de cooperação técnica e financeira a celebrar entre o Município de Lamego e a Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, para a realização da obra de alargamento da estrada até ao Lugar do Monte, conclusão da Capela Mortuária e demolição e reconstrução do muro para alargamento da estrada até ao Lugar do Monte, no valor total de 28.000,00 € (vinte e oito mil euros).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

O Executivo Municipal proferiu a seguinte declaração: *“As competências para as Juntas de Freguesia destinam-se à satisfação de necessidades coletivas, em muitos dos casos, imprescindíveis e fundamentais às condições de vida dos cidadãos, pelo que as despesas não podem deixar de ser assumidas e autorizadas, apesar do estabelecido na Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Trata-se do cumprimento de requisitos legais que o Município não deve deixar de cumprir sob pena de deixar de cumprir a sua atividade”.*

37-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

Presidente

Secretária

ARGUIDA: MARIA IDALINA DIAS GUEDES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 401/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada do auto de notícia, datado de 14 de agosto de 2012, remetido pela GNR - Lamego, relatando que num terreno sito no Lugar da Estacadinha, na freguesia de Melcões, pertencente a Maria Idalina Dias Guedes, não foi efetuada a limpeza e gestão de combustíveis existentes numa extensão de pelo menos 50 metros de algumas habitações, havendo risco de incêndio.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no n.º 2 do artigo 15º, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º do mesmo diploma legal, eventualmente praticado por Maria Idalina Dias Guedes, residente na Rua dos Mortórios, na freguesia de Melcões, Lamego.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Maria Idalina Dias Guedes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

38-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – ALVARÁ N.º 2/08 (COD 39)

REQUERENTE: MANUEL PEREIRA DA CRUZ & FILHOS, LDA.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA FRANZIA – ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 402/39/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que, face ao auto de vistoria n.º 15, de 13 de julho de 2012, e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe, para receção provisória das obras de urbanização de loteamento com o alvará n.º 2/08, reduzindo-se a caução para 394.163,94 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

39-ASSUNTO: VISTORIA POR TRÊS TÉCNICOS (COD 42)

REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

LOCAL DA OBRA: RUA DA OLARIA – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 403/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que, face ao auto de vistoria n.º 16,

Presidente

Secretária

de 17 de julho de 2012, e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe, e que se proceda com caráter de urgência à demolição total do edifício com exceção da fachada principal ao nível do piso térreo, de modo a salvaguardar a estabilidade das construções vizinhas e a segurança na via pública, devendo na execução dos trabalhos serem tomadas medidas necessárias a preservar a integridade física e a salubridade dos edifícios contíguos e a proteção dos transeuntes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

40-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)

REQUERENTE: MARCIA CATARINA PINTO MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: QUINTA DOS CHÃOS – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 404/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2381/DUDE de 19/07/2012, e do parecer do Chefe da DUDE, de 19/07/2012, dando conhecimento que a requerente foi notificada para proceder à reformulação do projeto, de modo a cumprir o afastamento lateral de 6m de acordo com o definido no PDM, no entanto, a requerente vem, em resposta, referir que, aquando do saneamento liminar não lhe foi colocada essa questão, que já apresentou os projetos de especialidades e tem urgência em iniciar a obra e que o projeto respeitou os alinhamentos e afastamentos do loteamento contíguo.

A parcela onde a requerente quer construir é contígua ao loteamento licenciado no processo n.º 636/05 com o alvará n.º 2/07, no qual os afastamentos laterais são de 5m, o mesmo que a requerente apresenta no seu processo.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal, delibere a aceitação, ou não, do afastamento de 5m proposto.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos, voltando para a próxima reunião, com a indicação precisa da construção.

41-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO (COD 42)

Presidente

Secretária

REQUERENTE: MANUEL JOSÉ ESTEVES DA SILVA BOTELHO**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA BAIXA DA FONTE – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 405/42/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 1781/DUDE de 31/05/2012, e do parecer do Chefe da DUDE, informando que o presente processo refere-se à legalização de uma habitação cujo processo inicial deu entrada em 08/05/1986, no entanto, nunca teve conclusão nem desenvolvimento desde 14/12/1988, quer por parte do requerente quer por parte do município, tendo, no entanto, a obra sido executada.

Em 20/04/2010, o requerente solicita o licenciamento das obras executadas, com a apresentação do atual processo.

Estando o projeto de arquitetura aprovado foi o requerente notificado a apresentar os projetos de especialidades, vindo agora solicitar a isenção de alguns dos projetos pelo facto de a obra já se encontrar executada há muito tempo e, no seu entender, não fazer sentido a sua apresentação.

No caso presente, até já foram apresentados os projetos de especialidades que eram exigíveis à data, ou seja, o projeto de estabilidade e o projeto das redes de águas e esgotos.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere licenciar a obra com os elementos já existentes no processo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

42-ASSUNTO: RENOVAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR NAS JUNTAS DE FREGUESIA (**COD 52-A**)

Presente a proposta de deliberação n.º 406/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, ao abrigo do disposto nos artigos 37º e 66º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, seja aprovada a renovação dos protocolos de delegação de competências para a realização de transporte escolar, nas Juntas de Freguesia de Almacave, Britiande, Cambres, Cepões, Ferreirim, Figueira, Lalim, Lazarim, Magueija, Penude, Sé, Valdigem e Várzea de Abrunhais, durante o ano letivo 2012/2013.

Presidente

Secretária

O encargo para o ano letivo 2012/2013 é de 265.861,25 € (duzentos e sessenta e cinco euros e oitocentos e sessenta e um euros e vinte e cinco cêntimos), discriminado da seguinte forma:

	2012		Total 2012	2013		Total 2013	Total global
	Corrente	Capital		Corrente	Capital		
Freguesia de Almacave	2.566,67 €	0,00 €	2.566,67 €	5.133,33 €	0,00 €	5.133,33 €	7.700,00 €
Freguesia de Britiande	904,65 €	2.728,68 €	3.633,33 €	1.809,31 €	5.457,36 €	7.266,67 €	10.900,00 €
Freguesia de Cambres	3.561,33 €	1.472,00 €	5.033,33 €	10.066,67 €	0,00 €	10.066,67 €	15.100,00 €
Freguesia de Cepões	13.879,52 €	9.220,48 €	23.100,00 €	27.759,04 €	18.440,96 €	46.200,00 €	69.300,00 €
Freguesia de Ferreirim	5.329,51 €	1.937,16 €	7.266,67 €	14.533,33 €	0,00 €	14.533,33 €	21.800,00 €
Freguesia de Figueira	3.875,00 €	0,00 €	3.875,00 €	7.750,00 €	0,00 €	7.750,00 €	11.625,00 €
Freguesia de Lalim	1.932,08 €	3.000,00 €	4.932,08 €	3.864,17 €	6.000,00 €	9.864,17 €	14.796,25 €
Freguesia de Lazarim	1.893,68 €	3.038,40 €	4.932,08 €	3.787,37 €	6.076,80 €	9.864,17 €	14.796,25 €
Freguesia de Magueija	12.578,29 €	7.055,04 €	19.633,33 €	25.156,59 €	14.110,08 €	39.266,67 €	58.900,00 €
Freguesia de Penude	1.149,96 €	2.247,96 €	3.397,92 €	2.299,91 €	4.495,92 €	6.795,83 €	10.193,75 €
Freguesia da Sé	2.566,67 €	0,00 €	2.566,67 €	5.133,33 €	0,00 €	5.133,33 €	7.700,00 €
Freguesia de Valdigem	4.050,00 €	0,00 €	4.050,00 €	8.100,00 €	0,00 €	8.100,00 €	12.150,00 €
Freguesia de V. de Abruñhais	1.060,49 €	2.572,84 €	3.633,33 €	2.120,99 €	5.145,68 €	7.266,67 €	10.900,00 €
Total	55.347,85 €	33.272,56 €	88.620,41 €	117.514,04 €	59.726,80 €	177.240,84 €	265.861,25 €

Deliberado: Aprovado por unanimidade, devendo o presente processo ser remetido à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos.

O Executivo Municipal proferiu a seguinte declaração: *“As competências para as Juntas de Freguesia destinam-se à satisfação de necessidades coletivas, em muitos dos casos, imprescindíveis e fundamentais às condições de vida dos cidadãos, pelo que as despesas não podem deixar de ser assumidas e autorizadas, apesar do estabelecido na Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Trata-se do cumprimento de requisitos legais que o Município não deve deixar de cumprir sob pena de deixar de cumprir a sua atividade”.*

43-ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DO EDIFÍCIO DA SEDE DA EX-REGIÃO DO TURISMO DOURO SUL PARA O MUNICÍPIO DE LAMEGO – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO (COD 47)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 407/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que delibere no

Processado por computador

Presidente

Secretária

sentido de ser retificada a deliberação tomada por esta Câmara Municipal na sua reunião realizada no dia no dia 4 de novembro de 2008, aprovando a respetiva declaração de retificação da escritura de compra e venda, outorgada no Cartório Notarial de Lamego em 11-04-1989, que nesta ata se considera por integralmente transcrita e dela fica a fazer parte integrante, no sentido de o mencionado prédio ter sido vendido à Região de Turismo do Douro Sul e não à Comissão Executiva da Região de Turismo do Douro Sul.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retificar a deliberação tomada por esta Câmara Municipal na sua reunião realizada no dia no dia 4 de novembro de 2008, aprovando a respetiva declaração de retificação da escritura de compra e venda, conforme proposto.

Mais deliberou, conferir poderes ao senhor Vice-Presidente da Câmara para representar o Município em todos os atos que se relacionem com esta deliberação, assinando e praticando tudo o que se torne necessário aos indicados fins.

44-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DA MOSTRA DE PRODUTOS REGIONAIS – “O MELHOR DAS NOSSAS ALDEIAS” (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 408/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação nº 70/GAF, de 18.07.2012, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere o artigo 8º do Dec. Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, que autorize a proibição de estacionamento, na Av. Dr. Alfredo de Sousa, nos estacionamentos livres, acompanhados com a devida sinalização, para a realização da mostra de produtos regionais – “O MELHOR DAS NOSSAS ALDEIAS”, nos dias 27, 28 e 29 de julho.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

Presidente

Secretária

- 1- Dimas da Piedade Francisco, Cepões;
- 2- Cremilde Rodrigues Peixoto Almeida, Lazarim;
- 3- José Samuel Moreira da Fonseca, Ferreiros de Avões;
- 4- Pina de Moraes, Presidente da Assembleia do Sporting Clube de Lamego.

1. Usou da palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco** que começou por referir que verifica que um particular fez um muro junto ao seu armazém, não tendo respeitado as distâncias exigidas por lei, pelo que pretende ver este assunto esclarecido, dado que, em tempos, que não precisou, terá cedido o terreno onde o muro foi construído ao domínio público, estando agora a ser aproveitado por um particular. Daí perguntar se o referido terreno, afinal é público ou privado.

De seguida, alertou o senhor Presidente da Câmara, para a falta de água que grassa na população, a qual começou a ser notada desde que uma pessoa abriu um furo na mina que servia a população.

Acrescentou, ainda, que aquando do início da rega dos pomares, os fontanários públicos na freguesia de Britiande deixaram de ter água, solicitando, por isso, a intervenção da Câmara para a resolução deste assunto.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para responder ao senhor Dimas da Piedade Francisco que em relação ao muro que andaram a construir, já foi respondido através do ofício n.º 1989/DUDE, que lhe foi enviado em 18 de julho de 2012.

Quanto à questão levantada referente ao abastecimento de água à população de Cepões esclareceu que há que distinguir entre a distribuição, através da rede própria, da responsabilidade da Câmara Municipal e a distribuição feita através da rede em alta, da responsabilidade da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, a que se refere o caso vertente.

No que concerne aos fontanários públicos informou que são da responsabilidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte (CCDRN), e portanto não sendo da responsabilidade da Câmara, deverá remeter uma exposição à referida entidade. Existem outros da responsabilidade da Junta de Freguesia e ainda outros da responsabilidade da Câmara, mas estes são muito poucos.

O facto de haver fontanários sem água, nesta altura do ano, parece-lhe ser normal, visto que nesta altura os níveis dos lençóis freáticos baixam.

Presidente

Secretária

2. Interveio a senhora **Cremilde Rodrigues Peixoto Almeida**, residente em Mazes, Lazarim, para lamentar o mau estado em que se encontra o Caminho da Travessa de S. Lourenço, junto à Capela, pedindo ao senhor Presidente o arranjo do mesmo, dado que na época das chuvas as águas pluviais e a lama deixam o caminho intransitável.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que vai incumbir os serviços técnicos da DMSU e GAF, desta Câmara, para analisarem a situação, a fim de se arranjar o referido caminho.

3. Seguidamente usou da palavra o **senhor José Samuel Moreira da Fonseca**, de Ferreiros, referindo ter dois assuntos para colocar ao senhor Presidente. O primeiro assunto refere-se ao estacionamento frente ao Centro de Saúde de Fafel que tem um passeio muito largo e que, em sua opinião, poderia ser reduzido, pois as pessoas que se deslocam àquele Centro de Saúde tem de estacionar o carro muito longe.

O segundo assunto é alusivo à estátua “O cavador” que está colocada frente à rotunda, afirmando que ficaria melhor e mais visível se fosse colocada na Av. Defensores do Douro.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que não é uma boa prática, na cidade de Lamego, retirar espaço aos peões para ganhos de espaço para estacionamento de automóveis.

Naquela rua era necessário, isso sim, alargar os passeios e deixar só uma fila de estacionamento para carros, até porque é uma via de saída. Por isso os serviços irão analisar este assunto de uma forma adequada e mais global.

Em relação à estátua “O cavador”, respondeu que não sabe se a mesma terá dimensão para poder ser colocada numa rotunda, no entanto, o assunto irá ser analisado e essa situação será ponderada.

4. Seguidamente usou da palavra o **Senhor Professor Pina de Morais, na qualidade de Presidente da Assembleia do Sporting Clube de Lamego**, Associação desportiva com 78 anos de existência, com um historial desportivo digno de registo e a quem o Município e a cidade de Lamego têm que prestar a

Presidente

Secretária

devida homenagem, pois, a espaços, tem sido um referencial e um embaixador, na área do desporto, desta região.

Na sua eloquente intervenção, o Professor Pina de Moraes começou por fazer o enquadramento do desporto e mais concretamente do futebol, no panorama Nacional, em que as assimetrias entre o litoral e o interior continuam a ser a nota dominante, para depois descrever a situação concreta do Sporting de Lamego e das suas reais dificuldades, num tempo em que os efeitos da crise económica e financeira a nível nacional e internacional, mais agravam as já naturais dificuldades do interior e, consequentemente do Clube.

Lembrou que o Clube continua com 3 polos (futebol de 11, futsal e atletismo) e que nos escalões etários mais jovens os pais pagam a formação dos seus filhos. Na verdade o Clube não pode pagar para os atletas jogarem.

Já no escalão sénior as situações são de natureza diferente. Tem sido prática do clube o pagamento de remunerações mensais. Se a estas despesas juntarmos outros pagamentos, tais como valor das inscrições na Associação de Futebol de Viseu, por se tratar de uma prova federada, massagistas e aquisição de material desportivo para a prática da modalidade, facilmente verificaremos que a situação é insustentável.

Daí a necessidade da mudança de paradigma, uma mudança de rumo, no que concerne à prática desportiva, desafio que os órgãos dirigentes do Clube já assumiram, por ser a única via possível capaz de assegurar a prática desportiva aos jovens praticantes do Município e a manutenção desta agremiação desportiva.

No entanto, para que no momento atual o clube possa continuar o seu percurso, o Senhor Professor Pina de Moraes, considera prioritário e por isso fez um apelo oficial, proceder ao pagamento da inscrição do Clube e dos atletas no desporto federado, dado que o Clube não tem condições financeiras para o fazer e as outras alternativas normalmente utilizadas estarem, também, esgotadas. Referia-se, concretamente às empresas e ao mecenato.

Finalizou apelando para a compreensão do órgão executivo e para o solicitado apoio financeiro, alavanca fundamental para uma mudança de paradigma do fenómeno desportivo no Sporting Clube de Lamego Município, com vista à sua autossuficiência.

Presidente

Secretária

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que acompanha com preocupação a situação do Sporting Clube de Lamego, pois é uma das instituições mais antigas da cidade de Lamego.

A Câmara Municipal de Lamego, como sempre fez, está atenta e mais uma vez se mostra disponível para colaborar nesta difícil situação do Clube.

Assim, face ao teor da exposição do Senhor Professor Pina de Moraes, e tendo em conta a mudança do modelo de gestão em perspetiva, o Senhor Presidente da Câmara sugeriu que se realizasse uma reunião de trabalho entre os dirigentes do Sporting Clube de Lamego e o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora do Desporto Margarida Duarte, com vista à clarificação e definição de uma estratégia que corresponda aos naturais anseios e necessidades do Clube para alcançar o desiderato que traçaram.

O Senhor Presidente da Câmara lembrou, no entanto, que o momento é de grandes dificuldades para o País e para o Município. Porém, porque se trata de uma matéria de grande sensibilidade e interesse para a cidade de Lamego, a Câmara Municipal está recetiva a prestar o apoio possível, após apurar os resultados das diligências acima referidas.

Interveio a senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** para referir que, dentro das possibilidades do Município de Lamego, irão dar o apoio que for possível.

O senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** mostrou-se muito sensibilizado com as dificuldades que o Sporting Clube de Lamego está a passar, mas que esta instituição não deveria estar tão dependente do apoio financeiro do Município de Lamego, deveriam, isso sim, envolver mais os atletas e a própria família, a fim de se autofinanciarem, sendo esse o caminho mais assertivo, independente da divisão onde estão.

45-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

46-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

Presidente

Secretária

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária